Aviso n.º 19 867/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Iracema Clara Fundões Amaral, natural de Lobito, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 25 de Outubro de 1978, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19 868/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Orlando Gomes de Pina Júnior, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 9 de Março de 1985, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19 869/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Adriano Mendes Moreira, natural de Santiago Maior, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 2 de Março de 1955, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19 870/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mirian Coelho de Andrade Tavares, natural de Niterói, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 7 de Outubro de 1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19 871/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Satna Iamedi Incada, natural de Bissau, República de Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 8 de Maio de 1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1791/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 9738/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 174, de 8 de Setembro de 2006, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «natural de Canchungo» deve ler-se «natural de Pelundo — Canchungo».

3 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**Despacho n.º 23 702/2007****Registo automóvel online — certificado provisório de matrícula**

Por despachos conjuntos de 28 e de 31 de Outubro de 2005 [o primeiro publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 209, de 31 de Outubro de 2005, como despacho conjunto n.º 827-B/2005 (2.ª série)], os dirigentes máximos da Direcção-Geral de Viação e da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 178-A/2005, de 28 de Outubro, fixaram regras sobre os documentos a emitir em substituição do certificado de matrícula para os casos em que este não possa ser entregue no próprio dia em que o acto é requerido.

A Portaria n.º 1050-A/2007, de 31 de Agosto, veio prever a possibilidade de promoção *online* de actos de registo de propriedade plena adquirida por contrato verbal de compra e venda referentes a veículos a motor e respectivos reboques.

Considerando a tramitação exclusivamente electrónica do pedido de tais actos, não é possível ao interessado no registo remeter ao serviço competente o certificado de matrícula, pelo que se mostra necessário prever regras especiais sobre o documento que o deve substituir até à emissão de novo certificado de matrícula.

Assim, o presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., e o presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 178-A/2005, de 28 de Outubro, determinam o seguinte:

1 — Nas situações em que seja requerido *online* o registo de propriedade adquirida por contrato verbal de compra e venda referente a veículo a motor ou reboque, o certificado provisório de matrícula a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 178-A/2005, de 28 de Outubro, é constituído pelos seguintes documentos:

- a) Comprovativo do pedido de registo;
- b) Recibo comprovativo do pagamento dos encargos devidos pelo registo;
- c) Certificado de matrícula ou livrete e título de registo de propriedade, anteriormente emitidos, inutilizados pela forma prevista no número seguinte.

2 — O conjunto dos documentos previstos no número anterior tem o valor de certificado provisório de matrícula desde que o seu legal possuidor proceda aos seguintes actos:

- a) Apensação dos documentos, por agrafamento;
- b) Inutilização do certificado de matrícula ou livrete e título de registo de propriedade, mediante o corte lateral do canto superior direito daqueles documentos;
- c) A apensação e corte referidos nas alíneas anteriores não podem afectar a leitura dos dados constantes dos documentos.

3 — O certificado provisório referido no n.º 1 é válido pelo prazo de 30 dias contado a partir da data do comprovativo do pedido de registo.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Setembro de 2007.

3 de Setembro de 2007. — O Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., *Crisóstomo Teixeira*. — O Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., *António Luís Pereira Figueiredo*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo****Aviso n.º 19 872/2007**

No âmbito do processo disciplinar em curso instaurado a Artur Jaime Araújo dos Santos, tendo sido enviada a este cópia do despacho de acusação através de carta registada com aviso de recepção para a morada oficial constante do seu processo individual esta não foi reclamada pelo destinatário, tendo consequentemente sido devolvida aos serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, pelo que se considera o arguido ausente em parte incerta.

Assim, notifica-se agora o arguido Artur Jaime Araújo dos Santos por intermédio de aviso publicado no *Diário da República*, em conformidade com o previsto no artigo 59.º, n.º 2, do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, sendo-lhe concedido o prazo de 30 dias a contar da presente publicação para apresentar, querendo, a sua defesa escrita, juntar documentos e requerer quaisquer diligências que considere úteis para justificar a infração que lhe é imputada, podendo, durante o mesmo período e nas horas normais de expediente, examinar o processo nas instalações do Laboratório de Santo André, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sitas no Bairro Azul, colectivas A6 e A7, Praceta do 1.º de Maio, 7500-100 Vila Nova de Santo André, onde lhe será facultado por mim.

Adverte-se o arguido de que a falta de resposta dentro do prazo concedido equivale a efectiva audiência para todos os efeitos legais.

1 de Outubro de 2007. — A Instrutora do Processo, *Maria Augusta Campos*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rectificação n.º 1792/2007

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 177, de 13 de Setembro de 2007, a p. 26 736, o despacho (extracto) n.º 21 222/2007, de 24 de Agosto, rectifica-se que onde se lê «em conjugação com a alínea a)» deve ler-se «em conjugação com a alínea b)».

13 de Setembro de 2007. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 19 873/2007

Por despacho do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 2 de Outubro de 2007, foi Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, técnica superior principal do quadro privativo da ex-DRARN Norte, nomeada, nos termos dos n.ºs 2 e 6 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, assessora principal do mesmo quadro, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2007. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 23 703/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 22 215/2007, de 24 de Setembro, do inspector-geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, subdelego no mestre em Gestão Sérgio José da Cunha Silva, director de serviços Administrativos, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

Autorizar despesas correntes até ao limite de € 5000, em cada caso, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis;

Autorizar despesas de investimento até ao limite de € 10 000, em cada caso, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis;

Superintender na elaboração da conta de gerência;

Assinar pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direcção-Geral do Orçamento;

Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica, bem como a antecipação de duodécimos com os limites fixados anualmente na lei;

Assinar requisições oficiais de estampilhas para as bebidas espirituosas não vínicas à Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo;

Autorizar a concessão de abonos, antecipados ou não, de ajudas de custo e transporte;

Autorizar o abono de horas extraordinárias previamente autorizadas;

Autorizar o processamento de boletins itinerários mensais de deslocações previamente autorizadas;

Autorizar e visar os documentos de despesa respeitantes a pagamentos urgentes efectuados a pronto por conta do fundo de maneiço;

Assinar cheques respeitantes à conta de gerência, fundo de maneiço e PIDDAC;

Assinar o expediente corrente, incluindo correspondência para o exterior, no âmbito da Direcção de Serviços Administrativos, excepto se se dirigir a dirigentes máximos de organismos e membros do Governo.

2 — O presente despacho ratifica todos os actos praticados pelo director de serviços Administrativos a partir de 1 de Agosto de 2007, no âmbito dos poderes ora subdelegados.

3 — Fica o director de serviços de Administração autorizado a subdelegar no todo ou em parte na chefe de divisão de Recursos Humanos e Expediente, na chefe de divisão de Gestão Financeira e na chefe de divisão de Gestão Patrimonial as competências ora subdelegadas que se mostrem necessárias ao eficaz funcionamento dos serviços.

20 de Setembro de 2007. — O Subinspector-Geral, *Francisco Dias Lopes*.

Despacho n.º 23 704/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 22 215/2007, de 24 de Setembro, do inspector-geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, subdelego no mestre em Gestão Sérgio José da Cunha Silva, director de serviços Administrativos, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

Autorizar despesas correntes até ao limite de € 5000, em cada caso, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis;

Autorizar despesas de investimento até ao limite de € 10 000, em cada caso, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis;

Superintender na elaboração da conta de gerência;

Assinar pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direcção-Geral do Orçamento;

Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica, bem como a antecipação de duodécimos com os limites fixados anualmente na lei;

Assinar requisições oficiais de estampilhas para as bebidas espirituosas não vínicas à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;

Autorizar a concessão de abonos, antecipados ou não, de ajudas de custo e transporte;

Autorizar o abono de horas extraordinárias previamente autorizadas;

Autorizar o processamento de boletins itinerários mensais de deslocações previamente autorizadas;

Autorizar e visar os documentos de despesa respeitantes a pagamentos urgentes efectuados a pronto por conta do fundo de maneiço;

Assinar cheques respeitantes à conta de gerência, fundo de maneiço e PIDDAC;

Assinar o expediente corrente, incluindo correspondência para o exterior, no âmbito da Direcção de Serviços Administrativos, excepto se se dirigir a dirigentes máximos de organismos e membros do Governo.

2 — O presente despacho ratifica todos os actos praticados pelo director de serviços Administrativos a partir de 1 de Agosto de 2007, no âmbito dos poderes ora subdelegados.

3 — Fica o director de serviços de Administração autorizado a subdelegar no todo ou em parte na chefe de divisão de Recursos Humanos e Expediente, na chefe de divisão de Gestão Financeira e na chefe de divisão de Gestão Patrimonial as competências ora subdelegadas que se mostrem necessárias ao eficaz funcionamento dos serviços.

20 de Setembro de 2007. — O Subinspector-Geral, *Francisco Dias Lopes*.

Despacho n.º 23 705/2007

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências subdelegadas por despacho de 20 de Setembro do subinspector-geral da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica para a Área Admi-